

PROPOSTA DO BANCO DO BRASIL:

- Reajuste: Equivalente ao INPC + 0,60% de ganho real, em 2026 e 2027, nos salários e em todas as demais verbas, incluindo vales alimentação (VA), refeição (VR), auxílio creche/babá e Participação nos Lucros e Resultados (PLR), entre outros. A inflação (INPC) para a data-base dos bancários (01 de setembro) será divulgada no dia 11 de setembro, quando será possível definir qual será o reajuste total (INPC + 0,6% de aumento real) para salários e demais verbas em 2026.
-
- Abono de ausência no dia 31 de dezembro de 2026;
- Ampliação da licença-paternidade de 20 para 35 dias, para pais de filhos nascidos a partir de 30 dias após a assinatura do ACT;
- Elevação do auxílio para filhos com deficiência, de R\$ 760,48 para R\$ 874,55, aumento de 15%, ainda sem considerar o índice de reajuste da Campanha Nacional 2026;
- Reavaliação da função dos atendentes do SAC da Central de Relacionamento, com novos papéis e responsabilidades e elevação do salário de referência de R\$ 4.795,12 para R\$ 6.302,77, a partir de janeiro de 2027, também sem considerar o reajuste da Campanha Nacional. Atualmente, são 558 funcionárias e funcionários na função, com previsão de abertura de mais 30 vagas;
- Criação de mesa específica para tratar dos modelos de acompanhamento da rede Diope;
- Revisão dos exames complementares, a partir de 2027, para identificação e monitoramento de doenças crônicas, como diabetes, hipertensão e dislipidemia;
- Inclusão dos funcionários egressos dos bancos incorporados no Programa Bem Viver, condicionada à expansão do atendimento nas CliniCassi;
- Adoção do modelo do SESMT para atendimento à NR-1;
- Elevação da indenização por morte em decorrência de assalto, de R\$ 316,6 mil para R\$ 550,5 mil;
- Apresentação de alternativas para o enfrentamento do endividamento dos funcionários, no prazo de até 60 dias;
- Continuidade das avaliações, encaminhamentos e diálogos sobre saúde e previdência dos egressos dos bancos incorporados, com acompanhamento da entidade sindical e compromisso de inclusão da medida no ACT;
- 8 dias de afastamento para funcionários que formalizarem união estável;
- Abono de até cinco dias para realização das certificações da Anbima;
- Compromisso com o desenvolvimento e a requalificação profissional das funcionárias e dos funcionários;

- Ampliação do Programa de Apoio à Mobilidade de Dependentes PCDs (PAS) para pais e mães de dependentes PCDs, com antecipação salarial para aquisição de veículos de até R\$ 100 mil, prazo de pagamento de até 96 meses, sem juros e limite correspondente a 12 salários. A medida amplia o número de potenciais beneficiários de 3.404 para 7.271;
- Ampliação de duas para cinco jornadas de trabalho por ano destinadas a funcionários PCDs para realização de reparos em seus equipamentos;
- Inclusão no ACT de políticas de ações afirmativas, priorizando mulheres, pessoas com deficiência e pessoas não brancas nos processos seletivos internos;
- Estabilidade na função comissionada por seis meses após o retorno ao trabalho para funcionárias vítimas de violência doméstica;
- Redução de jornada para mulheres em lactação induzida, com extensão do direito a casais homoafetivos em que as duas mães sejam funcionárias do Banco do Brasil.

Cassi e PCR.

Adiantamento de R\$ 360 milhões da contribuição patronal do Banco do Brasil para o Plano de Associados da Cassi. O recurso permitirá a manutenção das reservas mínimas do plano até novembro de 2026. Segundo o banco, a medida busca criar condições para que, junto às entidades representativas, seja construída uma proposta conjunta para o custeio da Cassi.

O BB também assumiu o compromisso de realizar estudos para revisão dos critérios do Plano de Carreira e Remuneração, com encaminhamento às instâncias de governança competentes até o final do primeiro semestre de 2027.